

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

Body education: formation and recognition of bodily subjectivity

Milena de Lourdes Gomes Kirsten

Instituto Federal Goiano (IFG)

Iporá, GO, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Natal, RN, Brasil

Resumo

Este texto objetiva refletir sobre a subjetividade corporal a partir das práticas coesas à educação física, entendendo-a como responsável pelas atividades corporais vertidas aqui como movimento corporal. O movimento corporal se liga aqui ao conceito ontológico de trabalho na lógica marxista. Questiona-se em que medida as atividades corporais, reconhecidas como campo de atuação da educação física pelo movimento corporal, podem constituir-se como elo de formação do sujeito por meio de atividades que superem as contradições capitalistas. Este é um ensaio por meio de pesquisa bibliográfica. Entende-se que o corpo tem se formado mediante a alienação do movimento corporal. Sendo assim, acredita-se que as práticas corporais da educação física devem buscar o reconhecimento dessas condições de alienação para que haja uma transformação na identificação de seus conteúdos para além do capitalismo.

Palavras-chave: Movimento Corporal; Corporalidade; Educação Física.

Abstract

This text aims to reflect on the corporeal subjectivity from the practices related to Physical Education, understanding it as responsible for the corporeal activities translated here as bodily movement. In this paper, the physical movement relates to Marxist logic's ontological concept of work. Thus, it is questioned in what measure the corporeal activities recognized as a field of Physical Education from the bodily movement can constitute a connecting element for the subject's formation from activities that overcome the capitalist contradictions. This essay employs bibliographic research. We understand that the body has been constituted from the alienation of bodily movement. Thus, we believe that Physical Education bodily practices must seek the identification of these alienation conditions so that there is a transformation in recognizing their contents beyond capitalism.

Keywords: Physical Activity; Corporeality; Physical education.

1. Introdução

Compreender a experiência corporal como expressão da nossa existência individual e histórica torna-se necessário para se entender as dimensões intersubjetivas do ser humano relacionadas ao viver, ao ser e às relações que são estabelecidas pelo sujeito com a natureza. Essas conexões que, na interpretação que aqui se estabelece, são fundamentais na formação e na apreensão da realidade e determinam, também, a constituição da corporalidade, esta manifestação da subjetividade corporal, interpretadas como a capacidade do sujeito de se reconhecer, identificar as suas possibilidades, suas determinações sociais e sua historicidade.

Nesse sentido, considera-se a experiência corporal e a qualidade do movimento humano como fatores fundamentais quando existe a necessidade de interpretar o modo de produção e suas interferências na expressão da corporalidade.

A temática da corporalidade está assentada nas bases epistemológicas de vários campos acadêmico-científicos como a antropologia, a psicologia, a sociologia, a educação física. Esta análise procura entender o ser humano em sua totalidade e tende a se contrapor à dualidade mente-corpo, muito presente na filosofia ocidental desde os filósofos gregos como Platão (2005).

O que se pretende com este texto é discutir, do ponto de vista das expressões do materialismo dialético, o que será chamado de alienação do movimento corporal. Este conceito está baseado no pressuposto de que, como condição de existência do ser humano, o movimento corporal estabelece sentidos e significados que, ao serem inseridos no contexto do modo de produção capitalista, distorcem as possibilidades de formação da subjetividade corporal¹ em sua plenitude. Nesse sentido, torna-se necessário compreender as implicações que fundamentam as mais variadas atividades corporais e a própria compreensão sobre o corpo presente na educação e na educação física a fim de se poder construir possibilidades de superação de práticas corporais alienadas.

O homem, por meio do movimento corporal, dos braços e dos pés, da cabeça e das mãos, não se traduz apenas pela movimentação biológica, porquanto, neste processo constrói sua história a partir das relações que estabelece consigo, com os outros homens, em uma relação metabólica com a natureza (MARX, 1984). Tendo este fundamento, compreende-se, neste texto, que o corpo é a centralidade da vida humana. Ao negar o movimento corporal, o homem nega a si próprio e essa negação está relacionada à negação que se constitui pela percepção do corpo como objeto fragmentado, apesar de autores como Silva (2009)

demonstrarem a possibilidade de se resgatar um corpo sujeito histórico. Observado e compreendido de modo fragmentado, o corpo se aliena, a essência do homem se estranha. Acredita-se, assim, que a educação física, como disciplina escolar, trata essencialmente da cultura corporal (SOARES *et al.*, 2012) e então precisa considerar os aspectos que reforçam a fragmentação do homem e a construção alienada do corpo, procurando romper com esta lógica estabelecida pelo capitalismo.

Este debate inicia-se com o conceito de atividade, formação da consciência e da personalidade proposto por Leontiev (1978). Segundo esse autor, para desvendar os verdadeiros formadores da personalidade, é necessário compreender que essa se relaciona com uma unidade superior do homem, que é mutável como sua própria vida, mas que “[...] preserva em si uma estabilidade, sua autoidentidade” (LEONTIEV, 1978, p. 10, tradução livre).

Assim,

[...] independentemente da experiência, o ser humano acumula os acontecimentos que modificam sua situação de vida, e, finalmente, independente das modificações físicas pela qual passa enquanto personalidade, ele permanece o mesmo aos olhos de outras pessoas, assim como aos seus próprios olhos. (LEONTIEV, 1978, p. 10, tradução livre).

O autor afirma que há um tipo de princípio especial que forma o núcleo da personalidade, que é encoberto pelas aquisições no decorrer da vida do ser humano e capaz de modificar este núcleo, porém, não o alterar essencialmente. A base desse núcleo é a categoria da atividade humana objetiva – na compreensão de Marx: trabalho.

A discussão a respeito do conceito de atividade proposta por Leontiev (1978) é fundamental para se compreender a associação entre os motivos que geram no homem a necessidade de colocar-se em movimento. Importa saber em que condições, mediadas pela realidade objetiva, os motivos são gerados. O que se propõe é que, com motivações externas ao próprio sujeito, as construções subjetivas a partir do movimento corporal tornam-se alienadas. O movimento humano é considerado aqui como essência de sua constituição, referindo-se à compreensão da unidade do homem e sua ação no mundo capaz de modificá-lo, bem como transformar a si mesmo. É o movimento que constitui a vida, mantém a vida e as relações construídas historicamente, por isso, passa-se a discutir estas relações a partir das *atividades corporais* evidenciadas no ambiente escolar e que fora dele possuem

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

determinações organizadas e disseminadas por interesses diversos. No caso da escola, por meio do currículo; nas academias, clubes, praças, a intenção, em sua grande maioria, é a busca pela saúde e qualidade de vida que, entretanto, não são noções esclarecidas para a maioria da população.

A realização de movimentos preestabelecidos pode dificultar a compreensão por aqueles que os experienciam, da real potencialidade de formação que possuem os movimentos corporais construídos e desenvolvidos com base no entendimento de que o movimento corporal é condição ontológica do ser humano, porque, antes de mais nada, por meio do seu corpo é que o homem se coloca no mundo e estabelece suas relações.

Essas considerações fundamentam-se nas determinações estabelecidas por Marx para o trabalho:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1984, p. 326-327).

As aproximações dos estudos de Marx sobre o corpo fundam-se sobre a compreensão do trabalho. Assim, a relação entre corpo e trabalho surge como possibilidade de considerar a formação da corporalidade humana sob o prisma do materialismo histórico.

A corporalidade, entendida como a expressão criativa e consciente do conjunto das manifestações corporais historicamente produzidas, as quais pretendem possibilitar a comunicação e a interação de diferentes indivíduos com eles mesmos, com os outros, com o seu meio social e natural. Essas manifestações baseiam-se no diálogo entre diferentes indivíduos, em um contexto social organizado em torno das relações de poder, linguagem e trabalho. (OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, L.; VAZ, 2008, p. 306)

Nesse sentido, a corporalidade é expressa na criatividade e consciência humana no processo das manifestações corporais produzidas ao longo da história, o que significa, com base no materialismo dialético, dentro dos diferentes modos de produção. Essas manifestações permitem a interação do ser humano consigo, com os outros e com as condições naturais e sociais à sua volta.

Contudo, sob a égide do capitalismo, o trabalho torna-se alienado (estranhado) sob as condições estabelecidas pelo modo de produção, assim como o movimento corporal, dentro do mesmo contexto, também se aliena e se reifica (MARX, 2002, 2010; LUKÁCS, 2003).

Diante dessas considerações, importa saber como a educação e a educação física, que lidam diretamente com as constituições subjetivas possibilitadas pelo movimento corporal humano, podem contribuir com atividades corporais que favoreçam aos sujeitos se compreenderem como seres individuais, mas, também, sociais, potencializando sua formação integral (omnilateral).

Este ensaio teórico parte de uma revisão de literatura narrativa (CORDEIRO *et al.*, 2007; GRANT; BOOTH, 2009). Assim, questiona-se em que medida as atividades corporais reconhecidas como campo de atuação da educação física, a partir do movimento corporal, podem se constituir como elo de formação do sujeito com atividades que superem as contradições capitalistas. Para se alcançar o objetivo proposto, o texto está organizado de modo que, em um primeiro momento, será discutido o conceito de movimento e corporalidade a fim de se compreender as possibilidades de formação do ser humano mediante as análises da relação entre corpo e trabalho.

Posteriormente, a centralidade do debate será em torno dos conceitos da atividade como base da constituição da personalidade e a alienação do *movimento corporal*. Por fim, discorrer-se-á sobre as possibilidades da educação física na formação dos sujeitos a partir da compreensão de que estes campos de conhecimento lidam pedagogicamente com o movimento corporal humano.

2. Trabalho e autoconsciência

O movimento corporal ao qual se refere este texto vai além das concepções puramente biológicas, compreendidas pela ação neuromuscular e esquelética. Considera-se que nenhum movimento pode ser analisado de forma isolada de sua realização, pois este se dá sempre por motivações próprias àquele que se movimenta ou por motivações externas produzindo resultados diversos.

Compreende-se, pois, que o movimento corporal é condição ontológica do ser humano e que há uma relação entre o movimento corporal e o trabalho. O processo de trabalho é a diferença qualitativa que distingue o homem dos outros seres, sendo, por isso,

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

uma exclusividade do ser humano. O trabalho é uma atividade intencional. É produto da autoatividade (LUKÁCS, 2013, p. 43).

O ser humano se relaciona com a natureza por meio da sua corporalidade, seus braços, suas pernas, sua cabeça e mãos. A força de trabalho e a corporalidade são colocadas em movimento em relação à natureza, transformando-a e ao próprio homem a fim de se produzir os meios materiais de existência.

Estas relações exigem reorganizações materiais, assim como as do homem nas suas condições corporais se tornam distintas das precedentes. O processo de trabalho, que é pautado pela corporalidade, é condição ontológica do ser social.

Para Marx, a relação indissociável do homem com a natureza está fundamentada na utilização da força de trabalho, e esta consiste na utilização do corpo, colocando em movimento as forças naturais que pertencem à sua existência efetiva. Assim, o ser humano é compreendido em sua corporalidade ativamente relacionada à própria natureza. A partir do trabalho, é possível compreendê-la como o meio de atuação do homem no mundo objetivo. Pelos pressupostos de Marx (1932), compreende-se que o ser humano é corporalidade, ou seja, é movimento corporal. O corpo vincula o ser humano ao mundo natural, pois este ser genérico é parte concreta, objetiva e real da natureza.

Por outro lado, dadas as condições históricas atuais, no processo de trabalho estranhado esta atividade central deixa de ser uma atividade autoprodutora. Marx apresenta essa relação em momentos distintos: na relação que o homem estabelece com o processo de trabalho; na própria atividade de trabalho; nas relações dos seres humanos com o gênero humano.

Para as análises deste texto, serão considerados os dois primeiros aspectos. Com relação ao primeiro, há um estranhamento do produto no processo de trabalho fixado em um objeto, ou seja, a objetivação do trabalho (MARX, 1932, p. 80). O produto é a efetivação do processo de trabalho tornando-se alheio ao produtor, exterior a ele, provocando uma perda de efetivação do ser humano, visto que esse não se reconhece na atividade que executa. O segundo aspecto trata do estranhamento no interior do processo de trabalho. A atividade produtora transforma-se em uma atividade que não pertence ao trabalhador. O processo de trabalho passa a ser sinônimo de martírio e usurpação, retirando a possibilidade de o homem produzir-se a si mesmo. Assim, a experiência relacionada ao trabalho surge como uma

atividade voltada contra o próprio homem “[...] independente dele, não pertencente a ele” (MARX, 1932, p. 83).

Desse modo, o processo de trabalho surge como possibilidade de exploração da força de trabalho, destituindo o ser humano da possibilidade de produzir a si mesmo. É por meio da exploração da força de trabalho que está a base da produção de valor. Nesse contexto, a corporalidade transforma-se em mecanismo da produção de mais valor, tornando possível a comercialização da corporalidade num processo de alienação das capacidades humanas, dentre as quais estão as capacidades corporais.

2.1 Desenvolvimento da autoconsciência

A questão que se coloca, neste texto, está em torno das possibilidades do ser humano em se reconhecer por meio de suas relações consigo e com a natureza. Nesse sentido, acredita-se que a atividade corporal é carregada de sentidos subjetivos e de significados constituídos historicamente e considerados relevantes socialmente.

Para que se possa compreender a origem e a constituição do movimento humano, é necessário entender as motivações que dão origem ao movimento corporal. Para tanto, partir-se-á do desenvolvimento da autoconsciência. De acordo com Leontiev (1978), a autoconsciência é o desenvolvimento da consciência que o sujeito tem de si próprio, que pode ser compreendida por meio da relação sujeito-objeto, o que significa os modos como o ser humano procura conhecer e apropriar-se da ideia do objeto. O autor considera que esse movimento se dá por meio da atividade. Para Leontiev, a atividade é o mediador da relação entre o sujeito e o objeto a ser conhecido.

A atividade, externa e interna, do sujeito é mediada e regulada por um reflexo psíquico da realidade. O que o sujeito vê no mundo objetivo são motivos e objetivos, e as condições de sua atividade devem ser recebidas por ele de uma forma ou de outra, apresentadas, compreendidas, retidas e reproduzidas em sua memória; isto também se aplica aos processos de sua atividade e só próprio sujeito – a sua condição, suas características e idiosincrasias. Desta forma, a análise da atividade nos conduz aos temas tradicionais da psicologia. Agora, no entanto, a lógica da investigação é invertida: o problema da aparência dos processos psíquicos torna-se o problema de sua origem, de seu eliciamento através daquelas conexões sociais nas quais o ser humano entra no mundo objetivo. (LEONTIEV, 1978, p. 10, tradução livre).

Desse modo, a vida humana se expressa pelo conjunto de atividades que se sobrepõe umas às outras. A transição à forma subjetiva do objeto se dá por meio da atividade. É na atividade que se processa a transição entre sujeito e objeto. Como base da personalidade, as

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

relações que coordenam a atividade humana são geradas pelo processo de seu desenvolvimento de modo que se reconhece uma hierarquia de atividades. Esse processo, segundo Leontiev (1978, p. 13), é dirigido por um motivo traduzido pela forma como uma outra necessidade é objetivada, significando dizer que “[...] por trás da relação entre atividades, há uma relação entre motivos” (tradução livre).

No entanto, serão tratados, neste texto, somente os motivos que se relacionam às necessidades.

[...] no nível psicológico, as necessidades são mediadas pela reflexão psíquica, e de duas maneiras. Por um lado, os objetos que respondem às necessidades do sujeito aparecem diante dele dentro de suas características sensoriais objetivas. Por outro lado, as condições da necessidade, nos casos mais simples, assinalam-se e são sensorialmente refletidas pelo sujeito como resultado das ações de estímulos de recepção interna. Aqui, a mudança mais importante que caracteriza a transição para o nível psicológico consiste no começo da conexão ativa das necessidades com os objetos que as satisfazem. (LEONTIEV, 1978, p. 14, tradução livre).

O objeto que é capaz de satisfazer a necessidade do sujeito não é prontamente delineado. Em um primeiro momento, a satisfação da necessidade desconhece seu objeto que ainda precisa ser revelado. Só com esta revelação a necessidade adquire sua objetividade e as representações e imaginações em torno do objeto adquirem atividade provocativa e diretiva, tornando-se, portanto, um motivo.

Leontiev explica que as necessidades aparecem como uma condição para a atividade. As necessidades humanas produzidas têm um sentido materialista histórico, uma vez que, ao determinarem a atividade concreta, as necessidades surgem em seu conteúdo objetivo que não está diretamente incorporado nelas e, por isso, não pode ser isolado.

Embora a satisfação de necessidades vitais continue sendo uma questão “de primeira ordem” para o homem e uma condição inegável de sua vida, necessidades superiores, especificamente humanas, não constituem, absolutamente, apenas formações superficiais assentadas sobre as necessidades vitais. Por esta razão, pode acontecer que, se pusermos em um dos pratos da balança as necessidades vitais humanas fundamentais e, no outro, suas necessidades superiores, então suas necessidades superiores podem muito bem pesar mais que as necessidades vitais. (LEONTIEV, 1978, p. 16, tradução livre).

É possível, com base nessas considerações, afirmar que a atividade não é um método de conhecimento, mas está na base da formação da própria personalidade, sendo norteadada pelos motivos que estão ligados à sua realização. O autor explica que o motivo adquire um

aspecto de encorajamento, mais do que a satisfação de uma necessidade propriamente dita, e está relacionado a um significado que se difunde em dois momentos de atuação da atividade, quais sejam, a ação e a operação. Esses dois níveis de atuação da atividade estabelecem a relação das ações com os fins e das operações com as condições. Desse modo, Leontiev (1978) afirma que a ação se define no intercâmbio das atividades e a operação se define no resultado das modificações da ação que ocorreram ao se incluir outra ação.

Os motivos estão ligados à consciência mesmo quando não são reconhecidos. Isso ocorre quando o ser humano não percebe o que o faz realizar uma ação ou outra. Há, pois, um reflexo psíquico na forma de coloração emocional da ação.

Esta coloração emocional (sua intensidade, sua marca e seu caráter qualitativo) exerce uma função específica, que também requer a distinção entre o conceito de emoção e o conceito de sentido pessoal. Sua não-coincidência não se dá, no entanto, por natureza; evidentemente, nos níveis inferiores, os objetos da necessidade são exata e diretamente “marcados” pela emoção. A não conformidade só aparece como resultado da quebra da função dos motivos que ocorre no curso do desenvolvimento da atividade humana. (LEONTIEV, 1978, p. 20, tradução livre).

Assim, a atividade torna-se multimotivacional, ou seja, responde a dois motivos ou mais, já que as ações humanas sempre se realizam por um conjunto de relações que pode estar voltado à sociedade ou à própria vida da pessoa. Desse modo, a atividade do trabalho é socialmente motivada, mas possui, também, motivos do próprio indivíduo. Leontiev (1978) considera que alguns motivos que conduzem a uma atividade lhe dão sentido pessoal e são, portanto, formadores de sentido. Alguns fatores de estimulação ligados à emoção e à afetividade não produzem sentidos, mas são motivos-estímulos.

Caracteristicamente, quando uma atividade, importante em seu próprio sentido pessoal para o homem, encontra, no curso de sua realização, um estímulo negativo que elicia, até mesmo, uma experiência emocional forte, então seu sentido pessoal não se altera por causa disso; muito frequentemente, uma outra coisa acontece: especificamente ocorre, de forma única, um rápido descrédito da emoção eliciada. Este fenômeno bem conhecido leva-nos a pensar, mais uma vez, no problema das relações entre as experiências emocionais e o sentido pessoal. (LEONTIEV, 1978, p. 20, tradução livre).

Segundo o autor, há uma hierarquização dos motivos que estabelece mais ou menos uma ordem em que esses são determinados. A atividade constituída de sentido, significado e motivo configura-se em uma ação. Por outro lado, a atividade realizada de maneira

“automática” constitui-se em uma operação. Pode-se afirmar que a atividade corporal humana, quando aprendida, tende a deixar de ser uma ação para se tornar uma operação. É preciso considerar, no entanto, que as atividades corporais que se tornam operações, diante de determinados contextos, podem configurar-se em repetições de condições que não fazem sentido na vida da pessoa que as pratica.

Questiona-se, portanto, o porquê de algumas pessoas negarem sua condição de sujeito constituído a partir da atividade corporal. Acredita-se que há uma relação entre a negação e a falta de sentido e significado de variadas práticas corporais consideradas socialmente relevantes. Sendo assim, a percepção do próprio corpo não é estabelecida de forma consciente e reitera a alienação da atividade corporal.

2.2 Corpo da consciência/consciência do corpo

A constituição da consciência e do corpo se dá por meio da interação entre o homem e a natureza. Nessa relação, as ideias, os pensamentos e a consciência são formados por meio das experiências do sujeito com sua atividade material/espiritual.

São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

A consciência é determinada pela materialidade histórica e social. Nessa perspectiva, de forma dialética, o trabalho transforma as condições materiais. O homem, ao estabelecer suas relações materiais, modifica, de acordo com sua realidade, o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1998, p. 20).

A forma como o sujeito apreende a natureza é determinada pelas condições da sua existência. As condições materiais e a produção das condições de existência necessárias à manutenção da vida e das necessidades, assim como as condições do trabalho, são as determinações da consciência. Por isso, a produção e a reprodução da vida material por meio do trabalho é que determina a existência do ser humano. O trabalho forma o sujeito e o constitui pelo modo como este se relaciona com a natureza por meio da sua consciência. Pelo

trabalho, o homem garante as condições de externar a sua condição humana que se manifesta nos produtos que ele desenvolve para garantir as suas condições de vida.

Os produtos desenvolvidos pelo homem, assim como sua consciência, manifestam-se por meio da materialidade e da espiritualidade da vida humana, que são expressas pelo corpo. O corpo é o elemento biológico e objetivo do ser humano, constituindo a natureza orgânica e inorgânica do homem. Não há possibilidade de existência do homem sem sua interação com a natureza, seu corpo inorgânico. Assim, estabelece-se, de acordo com as considerações de Marx (1932), as relações entre o corpo orgânico e o inorgânico. Para ele, tanto para o homem quanto para o animal, a vida possui sua base física no fato de que o homem vive de acordo com sua natureza inorgânica. Desse modo, sua existência física se mantém na relação de metabolismo que o homem desenvolve diante da realidade material que permeia sua vida e que lhe é externa. Assim como o homem extrai do meio em que vive as condições para se manter, também a natureza inorgânica que o constitui alimenta a sua consciência.

Os elementos que constituem a natureza humana se relacionam com os elementos da sua vida e formam a sua consciência. Essa relação se torna mais ampla na medida em que relacionar-se com a natureza significa que o homem se relaciona com si mesmo.

No plano físico, o homem vive apenas dos produtos naturais, na forma de alimento, calor, vestuário ou habitação, etc. A universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza seu corpo inorgânico: 1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2002, p. 116).

Não é possível considerar a vida humana sem seus aspectos físicos e espirituais, ou seja, a consciência, que estão intimamente relacionados e que asseguram o metabolismo que existe entre o homem e a natureza que ocorre por meio do trabalho. Não há sentido pensar a natureza sem que essa seja assimilada pela consciência humana de modo que os objetos existentes fazem sentido para sua consciência.

Assim sendo, pode-se considerar que o vínculo entre o homem e a natureza contribui para a transformação de ambos. O homem modifica a natureza pelo trabalho para atender às suas necessidades mediatas e imediatas. Mas, por outro aspecto, a

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

transformação da natureza imprime, no indivíduo, novas necessidades, novas formas de pensar e de se relacionar com ela e, conseqüentemente, de mudar a própria essência humana, tornando o homem diferente de si próprio. (BAPTISTA, 2013, p. 67).

A ação do homem sobre a natureza modifica a sua consciência, mas não incide somente sobre esta e a natureza. A mudança afeta o corpo, uma vez que “[...] cada tipo de trabalho, cultura e tecnologia demandam outros tipos de capacidades físicas e espirituais, as quais, por sua vez, gerarão novas formas de ação e também novas necessidades humanas” (BAPTISTA, 2013, p. 67).

Compreender a vida humana a partir da inter-relação entre natureza orgânica e inorgânica do corpo contribui para analisá-lo como ser histórico, ou seja, o corpo é uma construção concreta do ser humano. Assim, a constituição do corpo e os elementos que determinam a sua compleição são desenvolvidos por meio das relações de trabalho. Nesse sentido, deve-se considerar que a composição da vida pelo trabalho ocorre de modo natural, mas, também, social. O primeiro aspecto refere-se à formação biológica e às determinações da vida individual. O segundo diz respeito à condição social em que se constitui a concepção do indivíduo. O corpo não se consolida sem as interações sociais, o que significa dizer que este depende da presença de outros sujeitos, da forma de organização da vida e das condições de sua produção e reprodução.

Sendo o corpo um elemento natural e, portanto, histórico:

De um lado, existe a importância das relações biológicas, como a procriação e a própria existência física, constituídas a partir da relação mínima entre dois seres, que estabelecem suas relações, de forma a garantir a sua existência, e as condições de produção da vida, que determinam como estes seres, ou mesmo grupos, se constituem entre si. De outro lado, o corpo é constituído e deve atender as exigências presentes no seu período histórico, visto como, em cada momento, as relações de produção e de associação grupal exigem a construção de novos modelos, assim como de capacidades e habilidades diferenciadas. Por isso, criar o homem do ponto de vista natural e social significa, acima de tudo, criá-lo nas relações de produção. (BAPTISTA, 2013, p. 69).

O processo de produção da vida imediata depende das condições materiais de existência e das relações estabelecidas entre os seres humanos. Assim, pensar o corpo como meio de trabalho significa dizer que este é uma condição da realização daquele e, ainda que como elemento histórico, o corpo está sujeito às condições que determinam o modo de produção de cada período da existência humana.

[...] o trabalho é responsável pela educação do homem em um contexto ampliado. A educação enquanto um processo formativo manifesta-se nas diferentes formas de organização da produção e, por isso, da própria sociedade. A educação realizada pelo trabalho forma a consciência e o corpo, relativa às capacidades mentais e intelectuais, sendo estas objetivadas pela maneira como o corpo se relaciona com o seu meio. O trabalho educa o corpo com relação à sua postura corporal, às suas habilidades e à sua condição de ser. Através deste processo educativo e de como o homem se relaciona com a natureza pelo trabalho, o homem consolida-se de maneira individual e coletiva. (BAPTISTA, 2013, p. 79).

Pode-se afirmar, assim, que o corpo é formado pelo trabalho em todos os aspectos materiais de existência desde o momento em que sua consciência se desenvolve. “Assim, o corpo construído pelo trabalho, por um lado, é elaborado por ele, ou seja, é um fruto da produção, assim como é o seu construtor” (BAPTISTA, 2013, p. 79).

Nesse sentido, o corpo é constituído historicamente atendendo às demandas do modo de produção de cada período e sofre as influências na sua construção de acordo com cada momento histórico. Porém, não se pode pensar em um corpo destituído da consciência, sendo que essa se forma por meio do trabalho. “Assim, as condições de existência, determinadas pelo modo de produção, constituem a consciência do corpo, a qual, por sua vez, também instituirá um corpo da consciência, vista a impossibilidade de sua separação em dimensões distintas do ser humano” (BAPTISTA, 2013, p. 80).

Não se pode pensar na formação do sujeito sem considerar sua condição de ser social. Por meio do trabalho é constituída a materialidade da existência humana, ou seja, o corpo da consciência, sem o qual não existe possibilidade de o homem agir sobre a natureza. Há uma relação estreita entre o trabalho e a formação da consciência. “Desta maneira, remeter-se ao corpo é estar se remetendo sempre **ao corpo da consciência e a à consciência do corpo**” (BAPTISTA, 2013, p. 80, grifo nosso).

3. A alienação do movimento corporal

As considerações que foram feitas neste texto até o momento buscam justificar o que será nomeado de alienação do movimento corporal. O que se pretende, de forma ainda rudimentar, é considerar o movimento corporal como constituição do sujeito, pois é este movimento que ao fim e ao cabo se estabelece como trabalho. Não se trata de substituir os termos trabalho por movimento corporal, mas considerar, como condição ontológica do ser humano, a necessidade de o movimento corporal assumir o mesmo significado do trabalho,

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

porquanto, ambos estão relacionados à constituição do ser histórico e social. A análise em torno da centralidade do trabalho presente neste texto refere-se a este como condição ontológica do ser humano. Utilizar-se-á o conceito de movimento corporal para designar o que coloca o homem em ação na sua relação com a natureza e para a interpretação de sua condição de ser natural.

Não é possível compreender as relações do movimento corporal humano sem estabelecer as definições necessárias a respeito do que seja a cultura corporal. Essa concepção ultrapassa a percepção do movimento humano como algo meramente biológico, estrito ao deslocamento do corpo no espaço ou à aplicação de alguma força para deslocar um objeto qualquer. Ao se considerar o ser humano realizando movimentos corporais, procura-se reconhecer os significados sociais, culturais, históricos presentes nesta ação.

Considerar as relações entre trabalho, cultura, corpo e movimento corporal reafirma a ideia de que o sujeito vai sendo estabelecido ao longo da vida e da história da espécie, conhecimento este marcado pela linguagem que emerge do corpo e é revelado no movimento e que abrange diversas técnicas. Esse conhecimento permite a compreensão do mundo por meio do corpo em atividade no ambiente, na cultura e na história, pois se compreende que a linguagem corporal é capaz de criar e recriar determinados modos como o ser humano pode se comunicar por meio da expressão corporal.

O conceito de cultura corporal, na abordagem do Coletivo de Autores (1992), trata, baseando-se no materialismo histórico, das expressões [expressão corporal] que possuem sentido e significado e que interpenetram uma intencionalidade e objetivos do homem e as intenções e objetivos sociais.

A cultura corporal “[...] refere-se ao amplo e riquíssimo campo da cultura que abrange a produção de práticas expressivo-comunicativas, essencialmente subjetivas que, como tal, externalizam-se pela expressão corporal” (ESCOBAR, 1995, p. 94). Com base nessas considerações, a cultura corporal é definida pela autora como um processo de transformação do mundo natural que parte da história dos homens, das suas relações sociais e com a natureza.

A partir desses conceitos, buscar-se-á relacionar as intencionalidades do movimento corporal no sujeito de acordo com as implicações sobre o corpo, que se expressa no mundo, diante do modo de produção, que, como visto anteriormente, determina, em larga medida, este movimento em suas diferentes dimensões e manifestações.

Segundo Baptista (2013), no modo de produção capitalista está presente a necessidade de controlar os corpos dos sujeitos a fim de serem asseguradas as condições físicas para a realização do trabalho. Nesse sentido, os cuidados com a saúde, a aparência, o bem-estar e a qualidade de vida surgem como possibilidades de o sujeito se manter em um nível de felicidade que lhe permita viver bem, mas que mascara outras intencionalidades, uma vez que não há o discernimento de que os interesses do capital estão presentes na produção dessas necessidades.

De modo geral, as pessoas se preocupam com os cuidados com o corpo sem reconhecer que há, no sentimento dessas necessidades, interesses do capitalismo. Isso pode ser observado no fato de que as práticas corporais disponíveis à maioria da população enfatizam corpos saudáveis, esteticamente apresentáveis, com vigor e disposição. Há uma clara fragmentação do ser humano nesse sentido, uma vez que o corpo é dissociado do seu sentido subjetivo, bem como da capacidade intelectual. E é justamente nisso que consiste grande parte do adoecimento, frustração e negação para a prática de atividades corporais, na medida em que muitas pessoas não se encontram nestes padrões de exigência para se tornarem corpos ditos perfeitos. São, assim, excluídos tanto pelo mercado de trabalho quanto pelo meio social, assumindo o estigma de fracassados por não saberem “gerenciar” seu próprio corpo. Esses mecanismos de persuasão são explicitados pela indústria cultural (BAPTISTA, 2013).

A relação que se pretende estabelecer é de que, na medida em que as intencionalidades do movimento corporal são também determinadas pelo modo de produção, o movimento humano e sua expressão corporal não são mais manifestações genuínas do indivíduo. Trata-se de construções externas à vontade do sujeito que não tem consciência de que esses desejos são criados para além da sua subjetividade e que, portanto, as pessoas apenas reproduzem aquilo que interessa ao capitalismo.

O sujeito aparentemente não tem consciência de que seus desejos são criações do modo de produção e os toma para si como sendo seus (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Isso compromete todo tipo de manifestação corporal com objetivos formativos. Há, assim, a alienação do movimento corporal, a qual se aproxima muito mais da realização de operações do que de ações. Esse processo distancia o homem cada vez mais de si mesmo, pois este não reconhece que o movimento corporal é um processo constitutivo do ser humano.

3.1 A função social da educação física

Ao se analisar as diferentes concepções da educação física, deve-se ter em conta a sua função social relativa às práticas corporais compreendidas como formas de comunicação que constroem a cultura (corporal) e são influenciadas por ela ao longo do processo histórico. As perspectivas atuais sobre o movimento corporal humano fazem com que a educação física perca sua especificidade formativa, visto que não permitem a construção do seu objeto de forma social e histórica.

Escobar e Taffarel (2009) defendem a ideia de que, numa perspectiva marxista, a educação física é fruto do trabalho humano não material.

O objeto de estudo da Educação Física é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexos interno das suas propriedades –, determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é dada pela materialização em forma de atividades, sejam criativas ou imitativas, das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas a leis histórico-sociais. O geral dessas atividades é que são valorizadas em si mesmas; seu produto não material é inseparável do ato de sua produção e recebe do homem um valor de uso particular por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Elas se realizam com modelos socialmente elaborados que são portadores de significados ideais do mundo objetual, das suas propriedades, relações e nexos descobertos pela prática social conjunta. (ESCOBAR; TAFAREL, 1999, p. 173-174).

O conhecimento específico da educação física se dá, portanto, por meio da cultura corporal. Isso significa que as abordagens positivistas, fenomenológicas e relacionadas ao movimento pós-moderno não correspondem ao seu objeto, pois desconsideram as questões econômicas, históricas, que determinam o ser social, ignorando a formação das classes sociais a partir da produção da vida material dos homens, que é historicamente construída e que não foi capaz de superar as determinações do modo de produção.

Mediante essas considerações, é possível afirmar que a função da educação física, sendo a responsável pela construção de um patrimônio de atividades formativas com base no movimento corporal, deve buscar elementos para que os sujeitos possam se constituir de forma integral (omnilateral). Por lidar pedagogicamente com o movimento corporal, é necessário criar condições para que haja um trabalho em que os sujeitos adquiram consciência histórica, inclusive do seu lugar de classe social que fundamente a necessidade e a importância de realizar ações corporais em seu sentido máximo de constituição da própria vida.

4. Considerações finais

A elaboração deste texto não foi tarefa simples. Pelo contrário, ao se buscar a conexão entre abordagens que justificassem seu conteúdo, correu-se o risco de limitar a interpretação de conceitos ou relacioná-los de forma insuficiente. Entretanto, lidar com o campo de conhecimento ligado ao corpo, e suas relações com a natureza e consigo, é uma necessidade fundamental quando se buscam condições para que os sujeitos possam superar as limitações formativas que lhes são impostas pelo modo de produção.

Nesse sentido, procurou-se analisar o seguinte problema: em que medida as determinações do modo de produção fazem com que os sujeitos neguem a si a condição fundamental de realizar movimentos corporais como condição ontológica da constituição da sua própria subjetividade?

Para isso, buscou-se, nas proposições desenvolvidas por Leontiev (1978), compreender o modo como se dá a formação da consciência a partir do conceito de atividade. Essa busca teve por finalidade compreender como o sujeito forma suas necessidades. Pôde-se perceber que o sujeito, por meio da sua atividade interna e externa, constrói suas necessidades com base nas suas experiências materiais. Nesse sentido, tendo a formação de sua consciência determinada por suas condições materiais, a relação entre o surgimento da necessidade do movimento corporal se torna externa ao sujeito perdendo o sentido para ele, visto que a consciência dessa necessidade não aparece como algo genuíno, mas mascarado por outros sentidos e significados.

Desse modo, as pessoas agem não só pelas suas necessidades, mas por aquilo que lhes possui significado. Nessa relação, à medida em que as ações são motivadas por mecanismos de persuasão que não são identificados pelos sujeitos, embora estejam presentes em outras intencionalidades, o movimento corporal ocorre destituído de sua principal característica de constituição do próprio sujeito, de condição da sua existência.

Assim, o movimento corporal se aliena e se reifica, surge como algo que não expressa o próprio ser que se movimenta, como uma necessidade humana e, portanto, social, cultural e histórica, porém, apenas em sua dimensão mercadológica. A constituição e a elaboração conceptual do próprio corpo surgem como algo externo, imposto, objetificado, destituído de sua condição ontológica, estando voltado para a ideia de um corpo belo, saudável, que ponha o sujeito em condições de exercer suas funções apenas como força de trabalho. Além disso,

Educação do corpo: formação e reconhecimento da subjetividade corporal

busca-se um corpo com características estéticas construídas em bases sociais frágeis que se modificam de acordo com as necessidades produzidas pela indústria cultural.

Por fim, resta saber como a educação física pode contribuir para a educação do corpo numa perspectiva que supere as contradições impostas pelo modo de produção. Por se tratar pedagogicamente do movimento corporal, é necessário a este campo de conhecimento debater cada vez mais sobre sua função de alfabetizar e educar os corpos para que o movimento corporal se torne uma saída para a padronização dos movimentos corporais, ora exigidos para a formação de mão de obra, ora influenciados pela indústria cultural em busca de padrões inalcançáveis de “saúde” e “beleza”. Enfim, este texto não pretende ser um objeto de análises definitivas, embora pretenda suscitar o debate em torno dessa temática, uma tarefa que exigirá outros esforços.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BAPTISTA, T. J. R. **A educação do corpo na sociedade do capital**. Curitiba: Appris, 2013.
- CORDEIRO, Alexander M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 428-431, 2007.
- ESCOBAR, M. O.; TAFFAREL, C. N. Z. A cultura corporal. In: HERMIDA, Jorge Fernando (org.). **Educação Física: conhecimento e saber escolar**. João Pessoa: EDUFPB, 2009. p. 173-180.
- ESCOBAR, M. O. Cultura Corporal na escola: tarefas da Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, ano VII, n. 8, dez. 1995.
- GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information & Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009.
- LEONTIEV, Alexei N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre, 1978.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUCKÁS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. “Resolution of the London Conference on Working-class Political Action”. In: MARX, K. **The First International and after. Political writings**. Vol. 3. Organização: David Fernbach. Middlesex: Penguin, 1867.

MARX, K. (1867). **O capital**: Crítica da economia política. vol I, T 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Economistas)

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. (Original de 1844, publicação póstuma em 1932).

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; OLIVEIRA, Luciane Paiva Alves de; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre corporalidade e escolarização: contribuições para a reorientação das práticas escolares da disciplina de educação física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 303-303, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/4344>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PLATÃO. **Fédon**. São Paulo: Rideel, 2005.

SOARES, Carmen L. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Cortez, 2012.

Nota

ⁱ Este termo relaciona-se à centralidade do movimento corporal na formação humana. Aqui, apresenta-se correlato à concepção de trabalho traduzida por Marx, em 1867, em *O Capital*, tratando da essência humana que se traduz no trabalho.

Sobre os autores

Milena de Lourdes Gomes Kirsten

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (2004). Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2016). Trabalha no Instituto Federal Goiano onde atua como professora do EBTT na área de Educação Física. Atualmente cursa Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: milena.kirsten@ifgoiano.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3460-434x>

Tadeu João Ribeiro Baptista

Possui licenciatura plena em Educação Física pela ESEFEGO. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Educação na área de Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Líder do COEESA – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde. Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte onde no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e no PROEF – Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional da UFRN. E-mail: tadeujrbaptista@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5140-2032>.

Recebido em: 28/09/2022

Aceito para publicação em: 13/02/2023